



Políticas Federais de Desenvolvimento para o NE

Apresentação Câmara dos Deputados

Recife, 02 de Julho de 2015

Agenda

Histórico da Política Regional
Brasileira e a PNDR

Políticas Federais Implícitas de
Desenvolvimento

Panorama do Nordeste

O Plano Regional de Desenvolvimento do
Nordeste

HISTÓRICO DA POLÍTICA REGIONAL BRASILEIRA E A PNDR

Histórico da Política Regional Brasileira e a PNDR

- **Antecedentes:**
 - Inspetoria de Obras Contra as Secas (**IOCS**) em 1904
- **Primeira etapa 1939-1958:**
 - Criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (**DNOCS**), Plano de Defesa Contra os Efeitos da Seca.
 - A Constituição de 1946 estipula que parte da receita da União seria destinada a investimentos no Nordeste e Norte;
 - Criação do Banco do Nordeste do Brasil (**BNB**) criado em 1952.
- **Segunda etapa 1956-1980:**
 - Projeto Nacional Desenvolvimentista: políticas voltadas ao desenvolvimento regional calcadas no **financiamento** ao setor produtivo e em **incentivos e renúncias fiscais**.
 - Criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – **Sudene** (1959) e do Fundo de Investimentos do Nordeste – **Finor** (1974).

Histórico da Política Regional Brasileira e a PNDR

- **Terceira etapa 1980-1995:**
 - Crise fiscal financeira do Estado - abandono das políticas de planejamento em geral e de desenvolvimento regional
 - “Guerra Fiscal”
- **Quarta etapa 1996-2010:**
 - Retomada da importância do planejamento e das políticas de base territorial e regional.
 - **PNDR I : mudança de paradigma no tratamento da questão regional no Brasil**
 - Abordagem nacional articulada por múltiplas escalas.
 - Reconhecimento da **diversidade do Brasil como um ativo** a ser explorado em favor das regiões e sub-regiões do País.
 - Abordagem participativa de construção e acompanhamento das políticas a partir do território focada na ativação de seu **potencial endógeno**.
 - **Pilares:** Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e a Câmara de Políticas de Desenvolvimento Regional, frustraram-se, comprometendo seriamente a implementação da Política.



Pela primeira vez

**Amplo debate sobre a questão
regional brasileira**

Mensagens – Força:

- 1- “O Brasil precisa de uma nova PNDR” - Política de Estado – Centro da agenda política do Brasil

- 2 - “Participação social na construção e implementação da Política”

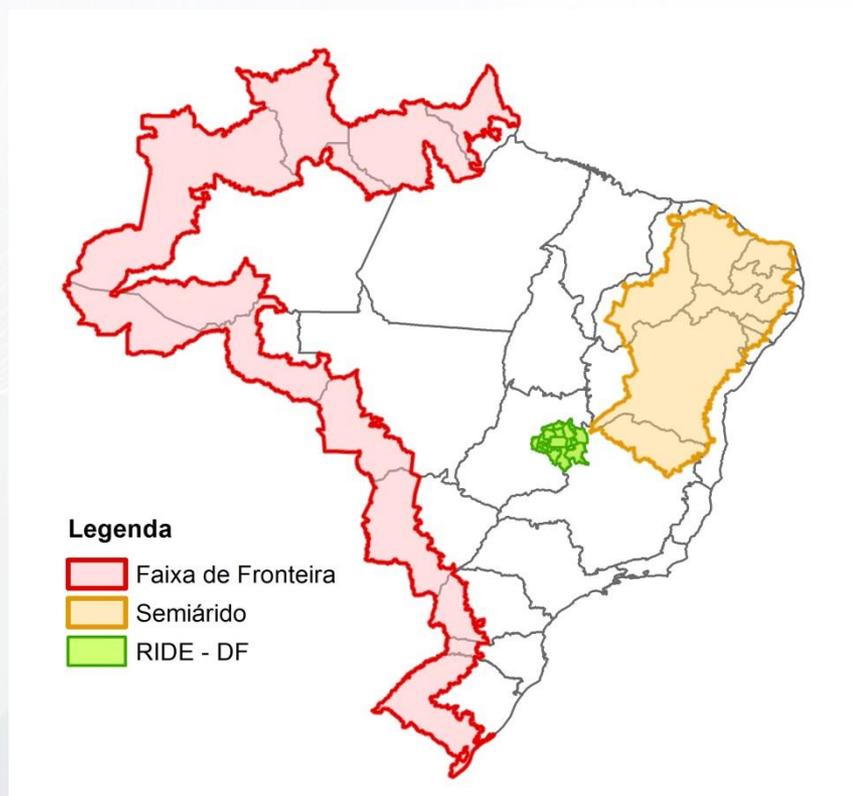
- 3 - “Necessidade do fortalecimento do Pacto Federativo”
Não apenas fiscal
“Redistribuição territorial das atividades estruturantes do desenvolvimento”

A Nova PNDR - Objetivos

- **Convergência do nível de desenvolvimento e qualidade de vida** entre e intra as regiões brasileiras, e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento;
- **Competitividade regional e a geração de emprego e renda** em territórios que apresentam declínio populacional e elevadas taxas de emigração;
- **Agregação de valor e diversificação econômica** em territórios com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais;
- **Rede de cidades policêntricas**, que contribua para a **desconcentração e interiorização do desenvolvimento** das regiões e do País

Regiões Especiais Prioritárias (REPs) e Regiões Programas

Regiões Especiais Prioritárias



Regiões Programa

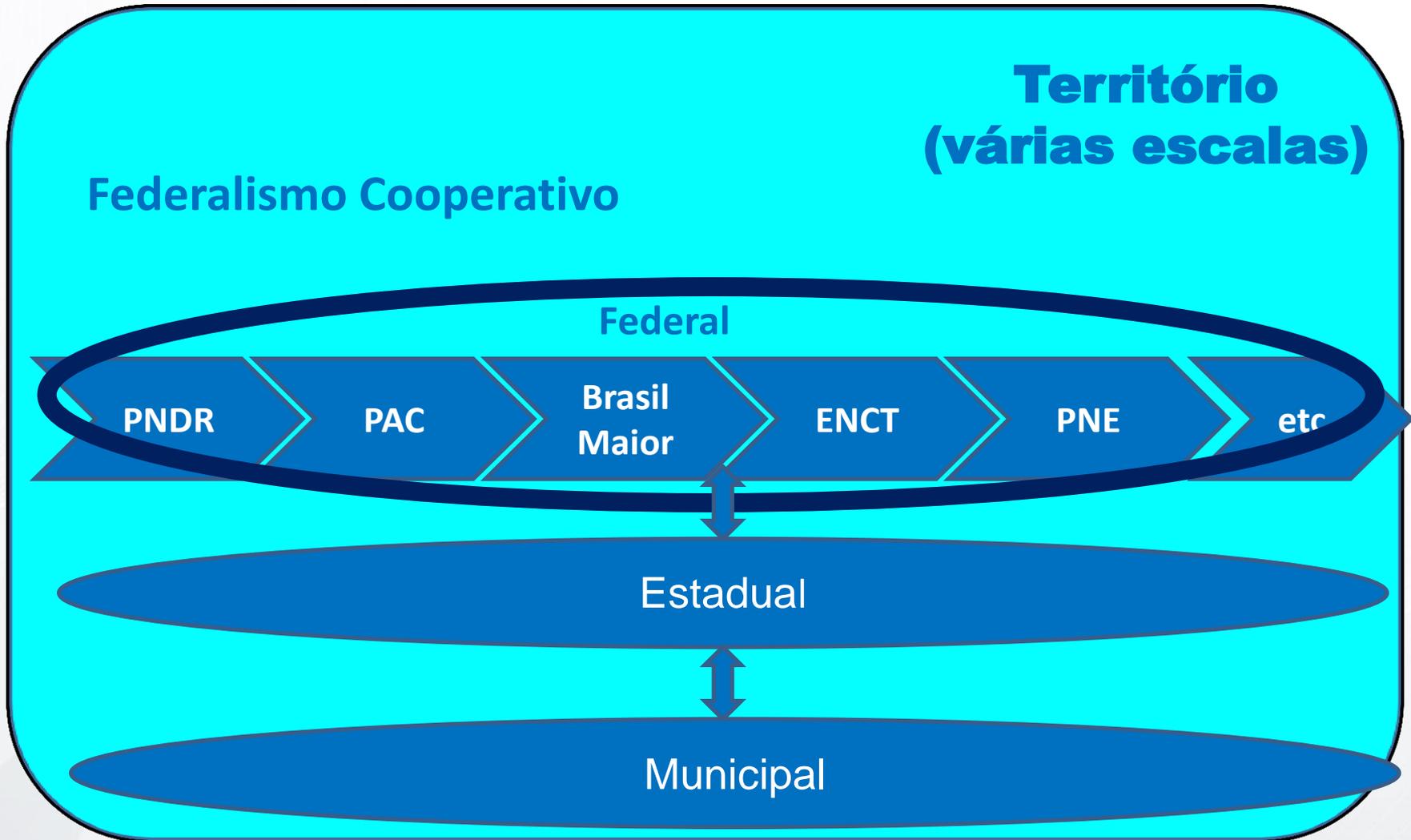
- Criadas por tempo determinado
- Compostas por Regiões Elegíveis (REs) da PNDR
- PDRS alinhado com PNDR, Planos Macro e Planos Estaduais
- Mecanismo de Governança
- Pacto de Metas específicas alinhadas com metas gerais
- Carteira de Projetos

Eixos Setoriais da PNDR II

1. Educação, Capacitação Profissional
2. Infraestrutura
3. Ciência, Tecnologia e Inovação
4. Desenvolvimento Produtivo
5. Saúde, Serviços Básicos (água, esgoto, lixo)
6. Sustentabilidade

Para cada Eixo haverá um **Pacto de Metas**

Pacto de Metas



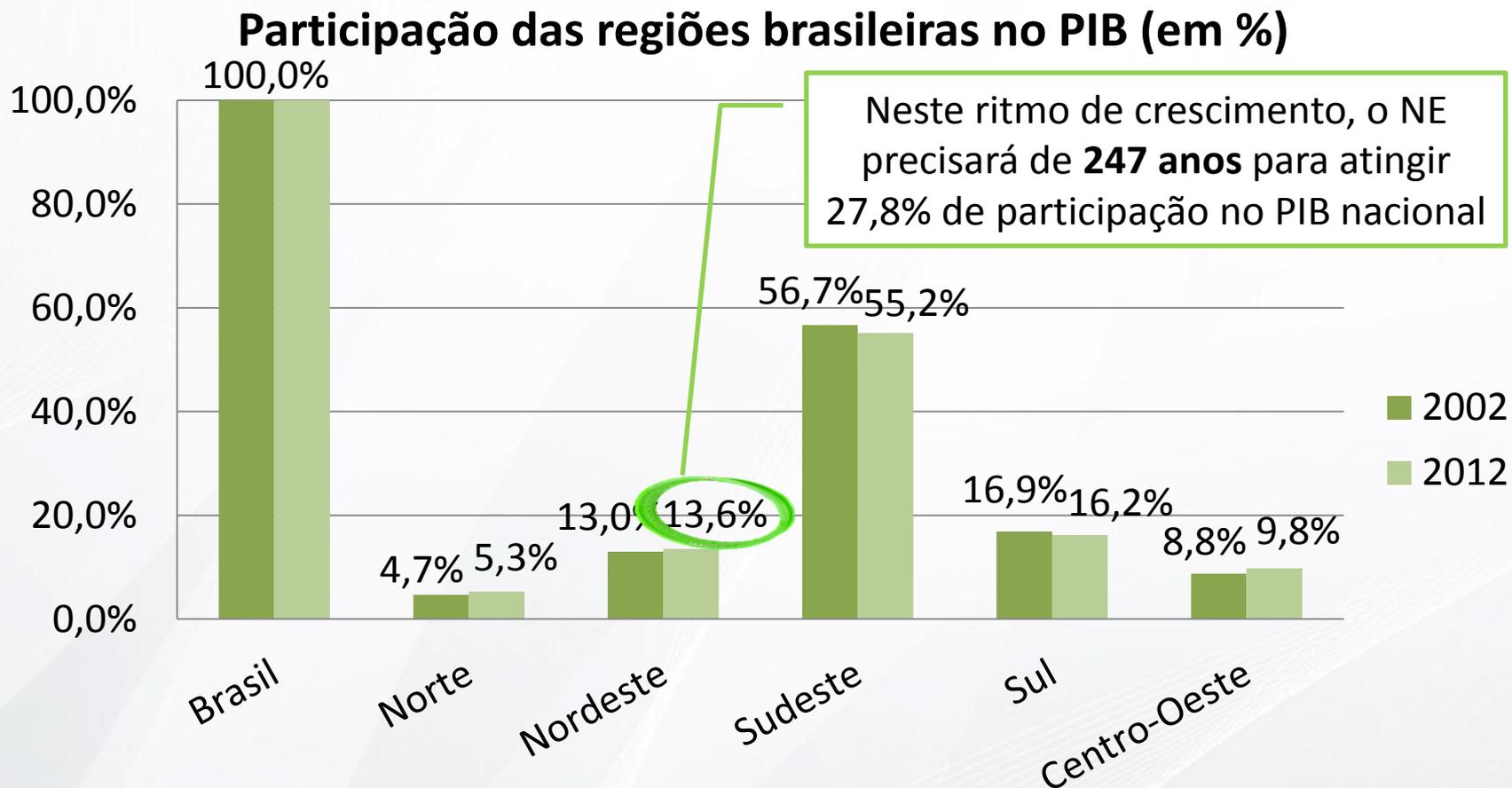
Financiamento

Financiar a execução dos planos, programas e ações da PNDR, sendo integrado, dentre outros, pelos seguintes instrumentos:

- Orçamento Geral da União;
- Fundos Constitucionais de Financiamento das regiões Norte - FNO, Nordeste - FNE e do Centro-Oeste – FCO;
- Fundos de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, Fundo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO;
- Fundos constituídos pelos governos estaduais com a finalidade de reduzir as desigualdades regionais;
- Programas de desenvolvimento regional dos bancos públicos federais e estaduais, existentes ou que venham a ser criados;
- Incentivos e Benefícios Fiscais;
- **Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.**

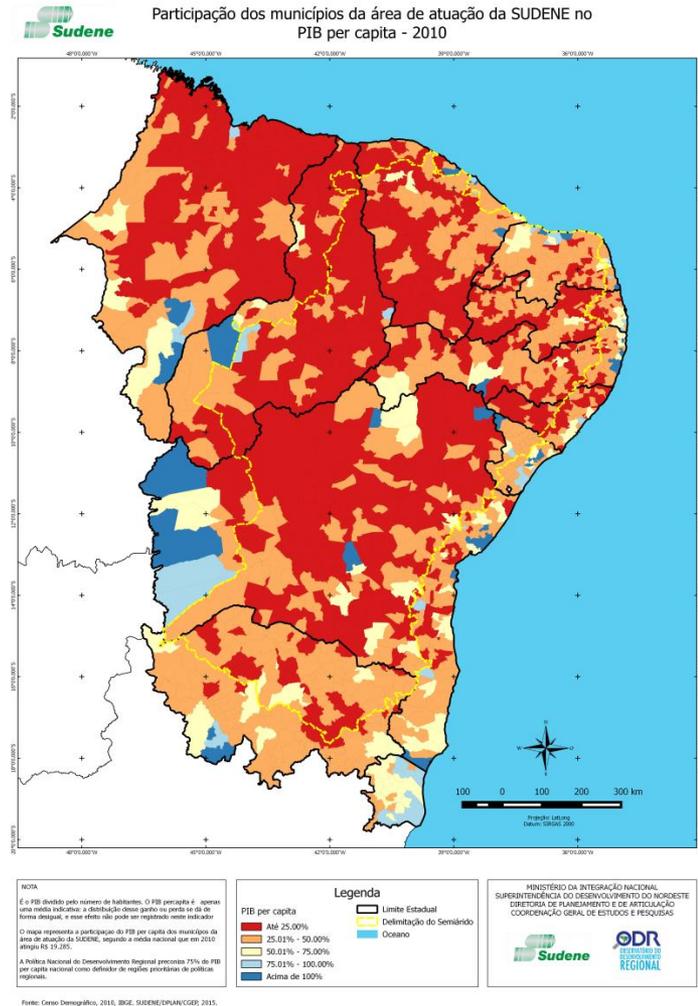
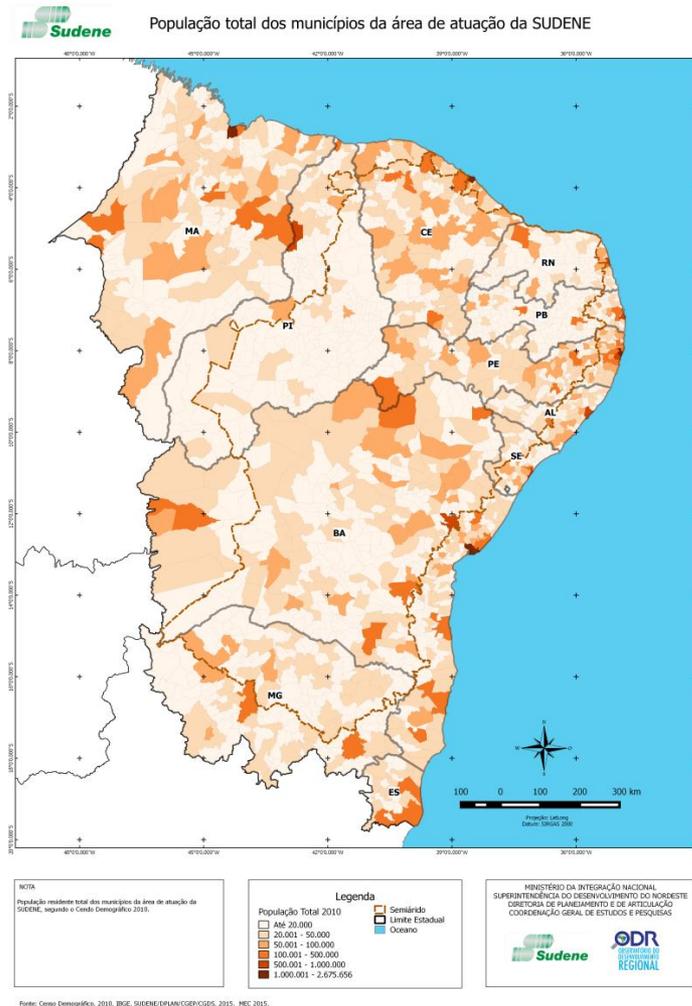
PANORAMA DO NORDESTE

O NE apresenta 27,8% da população mas gera somente 13,6 % do PIB

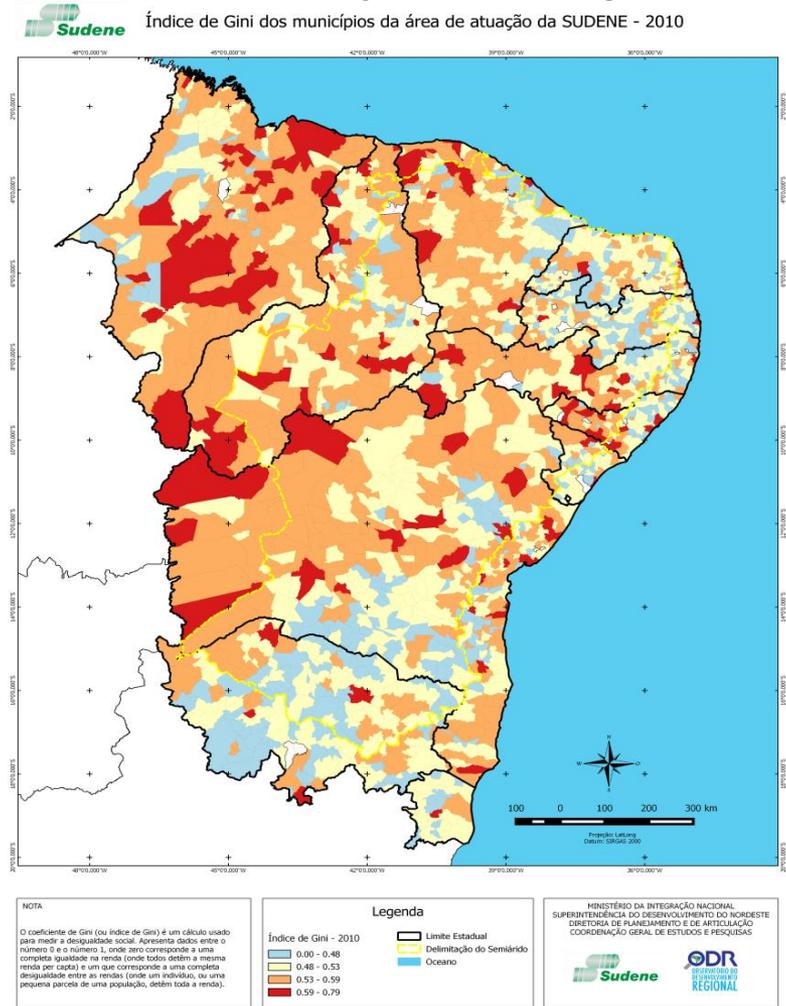
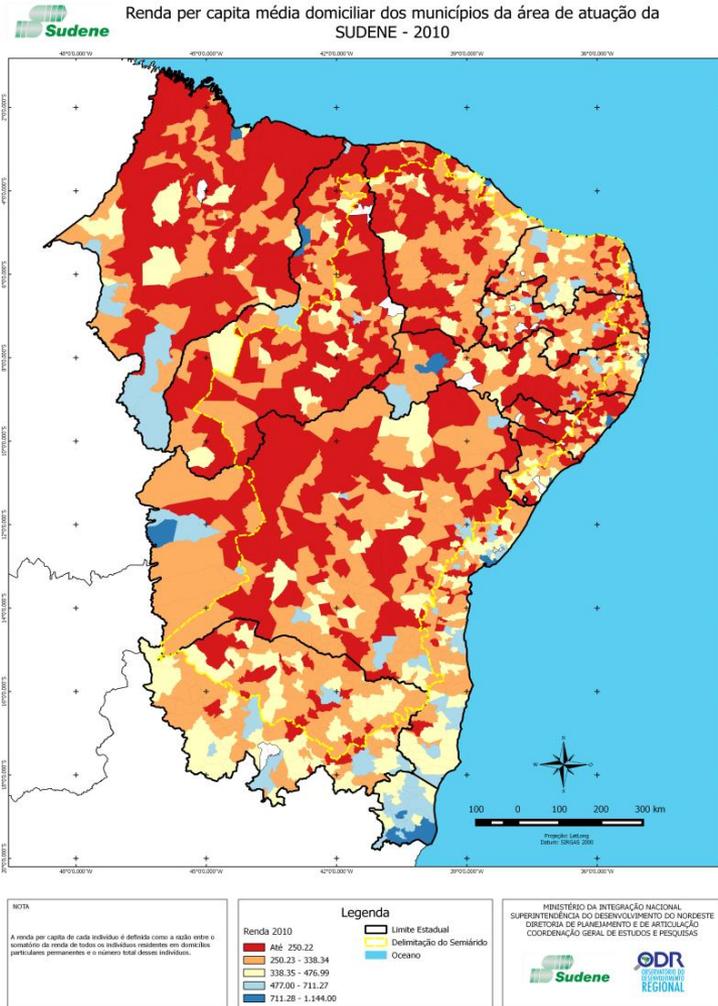


Fonte: Contas Regionais - IBGE. Elaboração: Sudene.

O PIB do NE é concentrado nas regiões metropolitanas e de agronegócio



E as três principais fontes de renda do semiárido são de economia sem produção¹



1. Economia sem produção é formada por salários dos aposentados e funcionários públicos e transferências de renda (Bolsa Família, por exemplo) Fonte: Araújo, L. A.; Lima, J.P. **Transferências de Renda e Empregos Públicos na Economia sem Produção do Semiárido Nordeste**. IPEA 2009.

POLÍTICAS FEDERAIS IMPLÍCITAS DE DESENVOLVIMENTO

Plano Nacional de Educação – melhoria significativa nos índices nacionais

Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em leitura



Navegue por informações detalhadas sobre cada meta e suas estratégias, além de indicadores sobre Educação para diversas localidades do Brasil!

1

Educação Infantil

2

Ensino Fundamental

3

Ensino Médio

4

Educação Especial/Inclusiva

5

Alfabetização

6

Educação integral

7

Aprendizado adequado na idade certa

8

Escolaridade média

9

Alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos

10

EJA integrada à Educação Profissional

11

Educação Profissional

12

Educação Superior

13

Titulação de professores da Educação Superior

14

Pós-graduação

15

Formação de professores

16

Formação continuada e pós-graduação de professores

17

Valorização do professor

18

Plano de carreira docente

19

Gestão democrática

20

Financiamento da Educação

Mas muitos municípios mantêm 30 anos de atraso em relação à média nacional

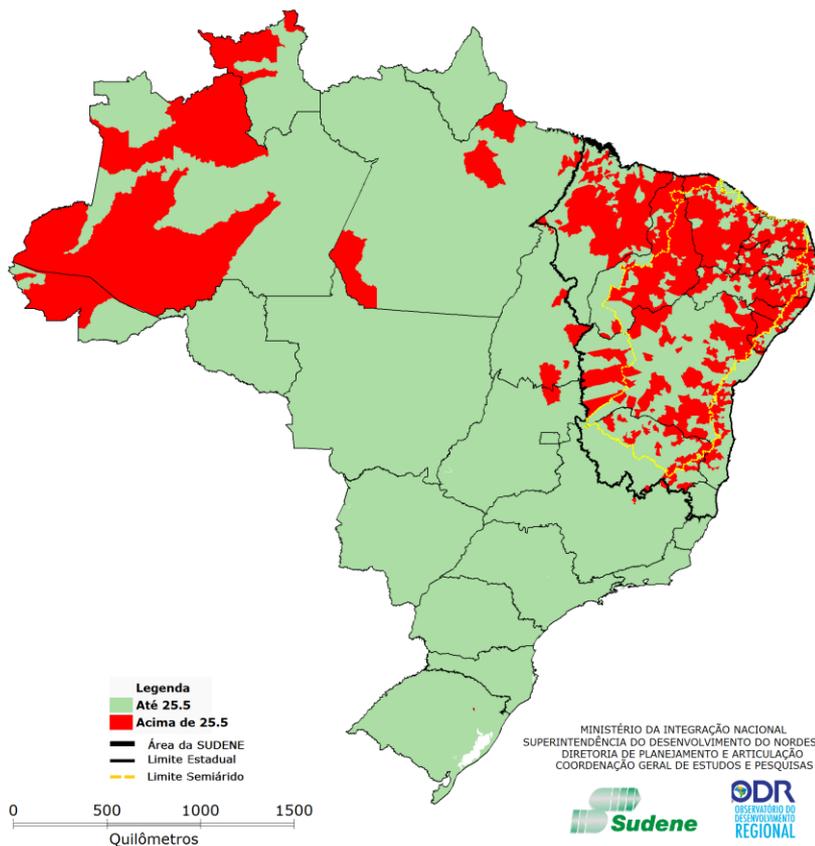
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade
Brasil – 1940-2010



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1940-2010; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

Municípios com 30 anos de atraso em relação ao analfabetismo

MUNICÍPIOS QUE EM 2010 POSSUÍAM A MÉDIA DE ANALFABETISMO QUE O BRASIL TINHA EM 1980

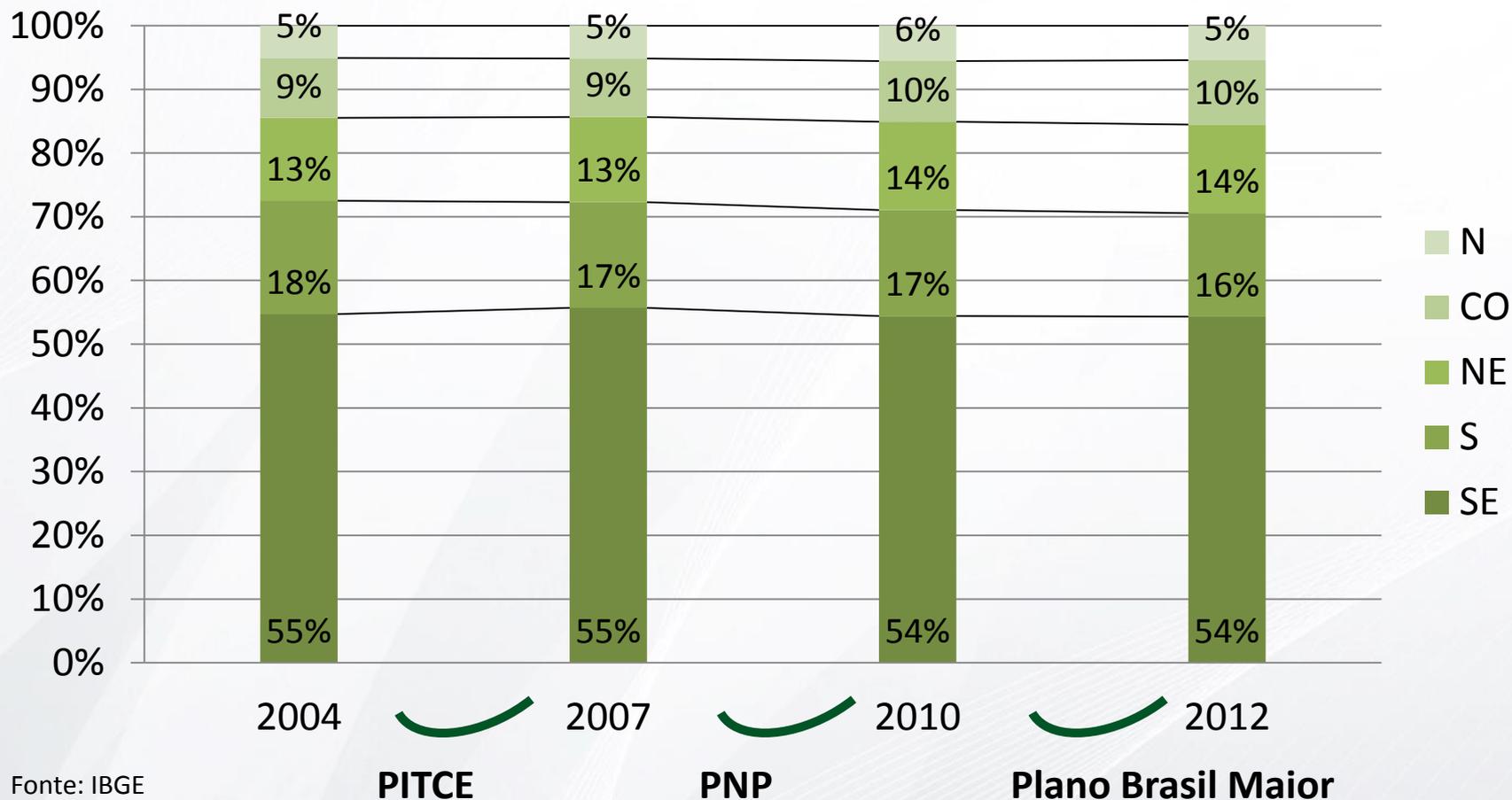


- Grande mancha de estagnação do analfabetismo no Nordeste e na Amazônia Oriental
- É necessária uma nova forma de combate para estas regiões

Fonte: IBGE - Censo 2010

Políticas Industriais pouco influenciaram na desconcentração

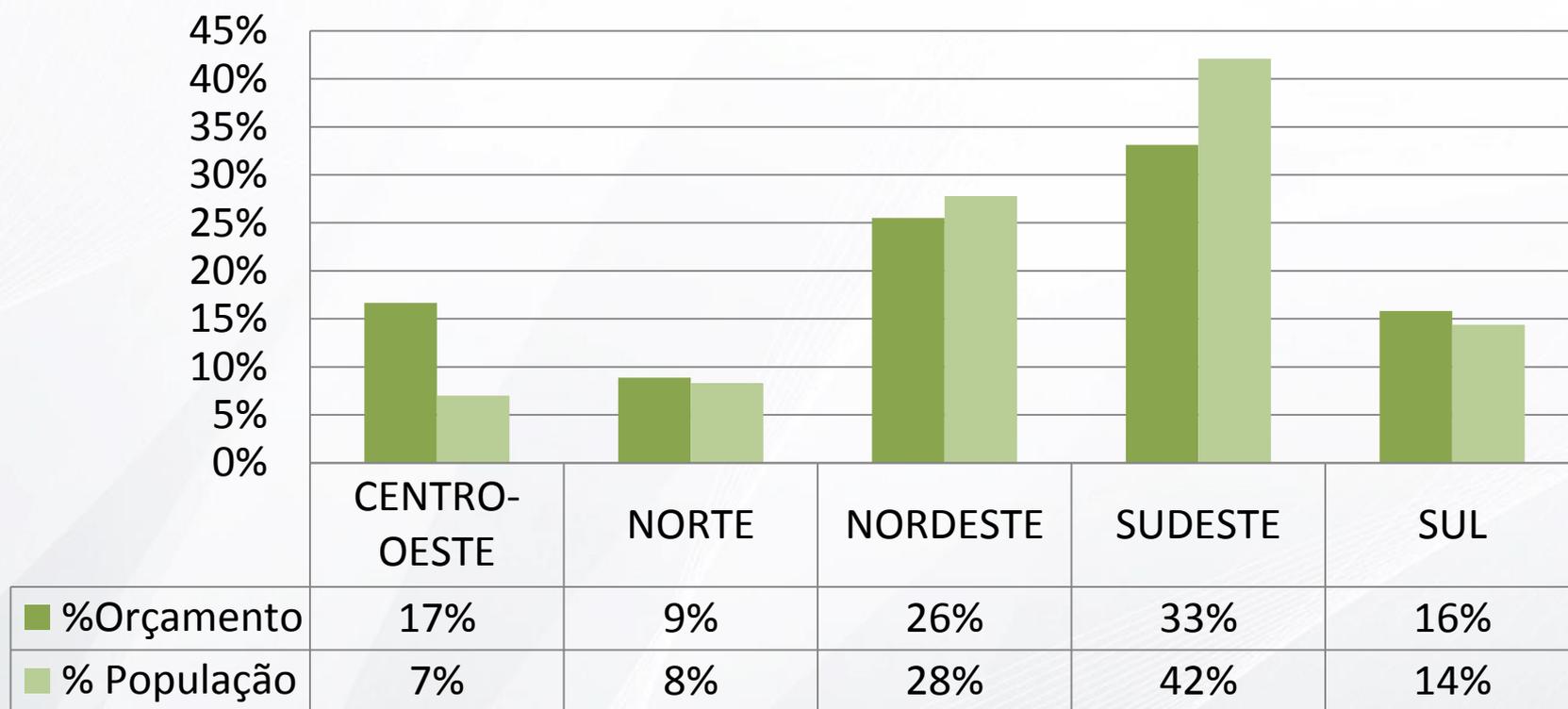
Participação (%) das Grandes Regiões no valor adicionado bruto a preços



Fonte: IBGE

Execução orçamentária federal de modo geral não favorece desconcentração

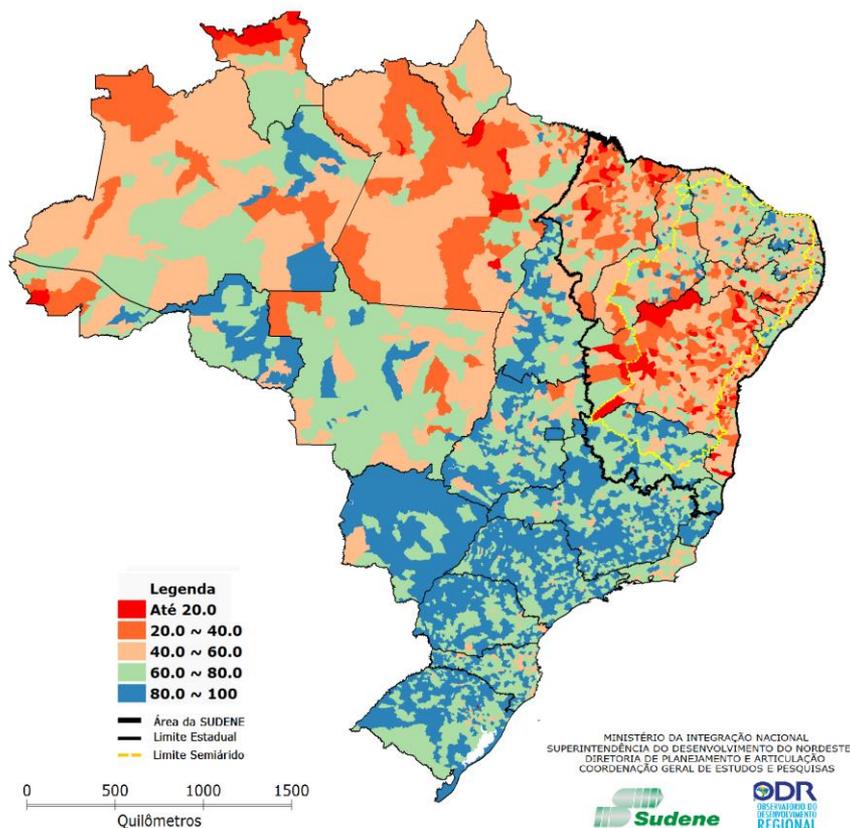
PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2013



Fonte: SIAFI-STN/CCONT/GEINC; IBGE – Censo Demográfico 2010

Falta de estratégia explícita em editais de transferências voluntárias é outro problema na distribuição de recursos

PROFESSORES COM LICENCIATURA - 2013



N e NE com clara defasagem no % de professores com licenciatura

- PPA 2016-2019 incorporou no programa de educação um objetivo específico para **Gestão, formação e valorização dos profissionais de educação**
- Mas projetos e bolsas de qualificação são ofertados via edital sem estratégia explícita.



Diminuição das desigualdades e valorização das potencialidades locais

PRDNE

Contexto em que foi elaborado

Rebatimentos positivos de Políticas Implícitas

- Período de crescimento econômico nacional (mesmo atenuado pela crise mundial) e de crescimento econômico regional, puxado pelo consumo
- Grandes investimentos públicos e privados na região, com ênfase na infraestrutura (PAC)
- Significativos impactos dos programas de transferência de renda
- Diversidade cultural
- Ascensão do cerrado nordestino na produção de grãos
- Recuperação da zona da mata a partir do etanol
- Setor de serviços competitivo (turismo em expansão, pólomédico, TI)

Desafios que precisavam ser superados

Grande desigualdade social.

Agravamento da desigualdade espacial (intra e inter-regional), com ênfase no semiárido

Escolarização precária (analfabetismo)

Setor produtivo pouco intensivo em conhecimento e baixa capacidade de inovação

Transformar a riqueza e diversidade cultural em um ativo para promoção do desenvolvimento

Infraestrutura deficiente

Biomassas heterogêneas e impactos ambientais da ação antrópica desordenada (desertificação)

Considerar os diversos subespaços da Região e articular diferentes escalas espaciais

Regionalizações adotadas pelos estados x regionalizações de maior escala

Princípios Norteadores

Participação social

Presente em todos os momentos

Diálogo transparente e confiável

Seletividade de ações

Mantém os atores agrupados em torno de ações prioritárias

Deve reconhecer a multiplicidade de questões, mas não pretende as abarcar todas

Cooperação Federativa

Deve articular múltiplas escalas, especialmente a territorial e a macrorregional

Como elementos centrais dessa articulação estão os estados e municípios

Não-linearidade

Não há um único caminho para o desenvolvimento - NE não precisa seguir SE

A estratégia deverá considerar um novo modelo de sociedade pós-fordista

Visão de Futuro

O Nordeste colocará em marcha um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável baseado no empreendedorismo e criatividade do seu povo, na riqueza da sua cultura, em uma economia competitiva e integrada e no uso sustentável dos recursos naturais.

Diretrizes

Educação para a inclusão e o desenvolvimento

Promover a competitividade do setor produtivo regional

Prover o Nordeste de infraestrutura física urbana, de transportes e de comunicação necessárias à sua integração interna e externa

Fortalecer vetores que promovam a sustentabilidade socioambiental

Transformar a cultura nordestina em vetor de inclusão social e desenvolvimento

Fortalecer os governos estaduais e municipais como agentes do desenvolvimento



José Márcio de Medeiros Maia Superintendente da SUDENE

gabinete@sudene.gov.br

(81) 2102 2114

(81) 991998224

www.sudene.gov.br



Ministério da
Integração Nacional

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA